



Cimeira da UA - Decorreu, entre os dias 30 e 31 de janeiro, em Adis Abeba, a 28ª Cimeira da União Africana (UA). Esta Cimeira teve como lema o Aproveitamento do Dividendo Demográfico, Investindo na Juventude. [Pag 2](#)

José Eduardo dos Santos indica sucessor em Angola - Na sequência da reunião do Comité Central do MPLA surgiu a notícia de que o Presidente José Eduardo dos Santos, não se iria candidatar às eleições presidenciais de 2017. [Pag 3](#)

Difícil Transição Política na Gâmbia - As eleições presidenciais de 1 de dezembro de 2016 deram a vitória ao candidato da oposição, Adama Barrow, que derrotou o então Presidente Yahya Jammeh, no poder há 22 anos. O candidato da coligação da oposição venceu a eleição presidencial com 45.5% dos votos contra os 36.6% do Presidente Yahya Jammeh, com uma diferença de pouco mais de 19 mil votos. [Pag 3/4/5](#)

Eleições no Gana - As eleições presidenciais de 7 de dezembro no Gana, apesar de terem sete concorrentes, tiveram como principais opositores, o atual Presidente, John Mahama, que concorria a um segundo mandato e Nana Akufo-Addo. [Pag 5](#)

Candidatos à Liderança da União Africana - A União Africana levou a cabo, pela primeira vez, um processo de escolha do Presidente da Comissão através da audição dos candidatos ao lugar. A votação final para a presidência da comissão da União Africana (UA) foi feita durante a Cimeira da União Africana em Adis Abeba. [Pag 6](#)

São Tomé e Príncipe corta relações com Taiwan - A 21 de dezembro, o governo de São Tomé e Príncipe anunciou o corte de relações diplomáticas com Taiwan e o restabelecimento das relações com a República Popular da China. [Pag 7](#)

Acordo na RDC - Após vários meses de negociações, o Governo e a oposição na República Democrática do Congo (RDC) chegaram a um acordo que prevê que o Presidente Joseph Kabila abandone o poder antes das próximas eleições presidenciais. [Pag 8](#)

Sucessão de Jacob Zuma - Embora as eleições presidenciais na África do Sul só estejam previstas para 2019, a corrida à sucessão de Zuma já começou. O debate à volta desta sucessão foi iniciado pelo próprio partido do atual Presidente sul-africano, o ANC. [Pag 9](#)

Cimeira África-França - Decorreu entre os dias 13 e 14 de janeiro, em Bamako, capital do Mali, a XXVII edição da Cimeira África-França, que teve como tema a Parceria e a Paz. Para além do Presidente francês, François Hollande, participaram nesta reunião 35 Chefes de Estado e de governo africanos. [Pag 10](#)

Moçambique falha pagamento da Dívida - Moçambique anunciou, em meados de janeiro, que não estava em condições de cumprir com as suas obrigações financeiras decorrentes dos empréstimos contraídos, pelo que não iria pagar os 59 MUSD relativos aos títulos de dívida soberana com maturidade em 2023 que deviam vencer no dia 18. [Pag 10](#)

Plano Alemão para África - O Governo alemão apresentou, em janeiro, um documento intitulado: África e a Europa: Uma Nova Parceria para o Desenvolvimento, Paz e um Futuro Melhor. Bases para um Plano Marshall para África. [Pag 11](#)



Cimeira da UA

■ Luís Castelo Branco

Decorreu, entre os dias 30 e 31 de janeiro, em Adis Abeba, a 28ª Cimeira da União Africana (UA). Esta Cimeira teve como lema o Aproveitamento do Dividendo Demográfico, Investindo na Juventude.

Durante esta Cimeira foi eleito o novo Presidente da União Africana que, de acordo com o critério da rotação geográfica, fez com que tivesse que ser escolhido um líder da África Ocidental, tendo a escolha recaído sobre Alpha Condé, Presidente da República da Guiné Conacri, o qual substituiu Chefe do Estado do Chade Idriss Deby.

A Cimeira também ficou marcada pelas eleições para a presidência e vice-presidência da UA, bem como para os postos de comissários da organização. Angola foi um dos países que apresentou candidaturas a vários cargos de comissários.

Nesse sentido, a diplomacia angolana levou a cabo uma forte campanha com vista a promover os seus candidatos, nomeadamente, Tete António para o cargo de Comissário para os Assuntos Políticos e Joséfa Sacko para o cargo de Comissária para o Comércio Rural e Agricultura. Tete António era, até agora, representante da União Africana junto das Nações Unidas, enquanto Joséfa Sacko chegou a ser secretária-geral da Organização Intra-africana do Café. Na votação final, Joséfa Sacko foi eleita. Tete António não obteve os votos necessários para ser eleito.

Para o lugar de Presidente da Comissão da União Africana, concorreram vários candidatos, nomeadamente, Pelonomi Venson-Moitoi, Ministra dos Negócios Estrangeiros do Botswana, Agapito Mba Mokuy, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné Equatorial, Amina Mohammed, Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Internacional do Quênia, Moussa Faki Mahamat, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade, e Abdoulaye Bathily, candidato do Senegal.

Os principais temas debatidos nesta Cimeira estiveram relacionados com o processo de integração regional; a implementação da Agenda 2063; a situação de paz e segurança em África; a arquitetura de governação africana; as migrações e as ameaças terroristas.

Uma questão controversa que foi abordada nesta Cimeira foi o eventual regresso de Marrocos à organização, havendo posições claramente opostos de dois grupos, o que apoiava o governo marroquino e aqueles que defendiam as posições da Frente POLISARIO.

À partida, Marrocos preenchia os três requisitos necessários para poder regressar à União Africana. Primeiro é um estado africano, segundo, fez o pedido de adesão junto da Comissão da UA, sem pedir em contrapartida a suspensão da República Árabe Sarauí Democrática (RASD), terceiro, tinha o apoio de mais de quarenta países, uma vez que ato constitutivo da organização diz que o país precisa de uma maioria simples de 28 Estados para efetivar o regresso.

Apesar da resistência de alguns países, nomeadamente da África do Sul, de Angola, da Argélia e da Nigéria, Marrocos acabou por ser readmitido na União Africana, regressando à organização da qual se tinha retirado em 1984 em protesto contra a admissão da RASD proclamada pela Frente POLISARIO.

De realçar a presença, na sessão de abertura, do novo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o qual debateu com o Presidente do Sudão do Sul, Salva Kiier, possíveis soluções para o conflito étnico que alastra no país desde 2013.





José Eduardo dos Santos indica Sucessor em Angola

Na sequência da reunião do Comité Central do MPLA, realizada a 2 de dezembro do ano passado, surgiu a notícia de que o Presidente do partido e do país, José Eduardo dos Santos, não se iria candidatar às eleições presidenciais de 2017. Embora possa manter a presidência do MPLA até 2018, José Eduardo dos Santos deverá afastar-se da liderança do país.

Esta intenção veio confirmar a intenção manifestada por José Eduardo dos Santos, em março de 2016, quando anunciou, numa reunião do MPLA, a sua decisão de abandonar a vida política ativa.

José Eduardo dos Santos, de 74 anos, está no poder desde setembro de 1979, após a morte do primeiro Presidente angolano, Agostinho Neto, tendo ocupado, logo após a proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975, o cargo de Ministro das Relações Exteriores de Angola.

Perante esta possibilidade, surgiram, de imediato, especulações sobre quem seria o seu sucessor. Ao longo dos anos, várias foram as vezes em que se aventou a possibilidade do Presidente Eduardo dos Santos abandonar o poder e vários foram os candidatos apontados para o suceder.

No fim da guerra civil, o General João de Matos foi uma possibilidade, mais tarde, Manuel Vicente, Presidente da SONANGOL e depois Vice-presidente do país foi outro potencial candidato. Também alguns dos filhos do Presidente Eduardo dos Santos foram apontados como hipóteses, nomeadamente, Isabel dos Santos e José Filomeno dos Santos.

Perante esta notícia mais recente saída do Comité Central o MPLA, o nome agora apontado como sucessor é o General João Lourenço, até agora Ministro da Defesa, e que, em março passado, foi nomeado Vice-Presidente do MPLA.

João Lourenço chegou a liderar a bancada parlamentar do MPLA, entre 1998 e 2003, tendo desempenhado, também, as funções de Secretário-geral do MPLA e de Presidente da Comissão Constitucional. Nessa altura, terá referido que poderia concorrer à liderança do partido quando José Eduardo dos Santos a abandonasse. Esta declaração não foi bem aceite e João Lourenço terá passado algum tempo afastado da cúpula do MPLA.

Na reunião de dezembro passado, o MPLA aprovou, ainda, o nome de Bornito de Sousa, atual Ministro da Administração do Território, para número dois na lista às eleições gerais, na posição de candidato a Vice-Presidente da República.

Bornito de Sousa foi um dos nomes que também foi falado como possibilidade para suceder ao atual Presidente de Angola. Com um forte perfil académico, exercendo a docência em várias faculdades angolanas, Bornito de Sousa tem tido uma carreira política muito centrada na Assembleia Nacional angolana onde desempenhou diversos cargos, nomeadamente Presidente do grupo parlamentar do MPLA e Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional. Em 2010 foi nomeado Ministro da Administração do Território, tendo sido reconduzido no mesmo cargo em 2012.

Difícil Transição Política na Gâmbia

As eleições presidenciais de 1 de dezembro de 2016 deram a vitória ao candidato da oposição, Adama Barrow, que derrotou o então Presidente Yahya Jammeh, no poder há 22 anos. O candidato da coligação da oposição venceu a eleição presidencial com 45.5% dos votos contra os 36.6% do Presidente Yahya Jammeh, com uma diferença de pouco mais de 19 mil votos.

Os resultados destas eleições foram encarados, interna e externamente, com grande otimismo depois do Presidente ter, num primeiro momento, aceite o resultado e concordado em abandonar o poder. Jammeh, que chegou a dizer que, se Deus permitisse, governaria o país durante um milhão de anos, estava a tentar ganhar o seu quinto mandato presidencial à frente da Aliança para a Construção e Reorientação Patriótica (ACRP), depois de ter assumido o poder em 1994, através de um golpe de Estado.



Jammeh liderou o golpe de estado, com apenas 29 anos, à frente de um grupo de jovens oficiais contra o então Presidente Dawda Jawara. O golpe não encontrou praticamente nenhuma resistência e os argumentos oficiais foram a necessidade de se acabar com a corrupção no país e instituir reformas democráticas. Porém, o verdadeiro motivo estava associado às reclamações dos militares que exigiam melhores condições salariais.

Desde que foi eleito Presidente pela primeira vez, em 1996, Jammeh conseguiu ser reeleito com facilidade nas eleições seguintes, tendo consolidado o poder através da eliminação dos seus opositores. O desafio mais importante à sua liderança ocorreu em 2006 quando estava em visita oficial à Mauritânia e ocorreu uma tentativa de golpe de estado que foi rapidamente controlada.

Durante os anos da sua presidência, Jammeh ficou conhecido por várias declarações muito controversas. Em 2007 anunciou que era capaz de curar o vírus do VIH e a asma através de meios naturais. Em 2008, referiu que iria adotar leis, ainda mais radicais do que o Irão, para punir todos aqueles que fossem acusados de serem homossexuais.

Perante este passado, a decisão de Yahya Jammeh de aceitar os resultados das eleições foi tanto mais surpreendente porque, se num primeiro momento havia dúvidas sobre a transparência do processo, por outro, o seu carácter controverso fazia prever que não abandonaria, a bem, a Presidência do país.

Logo após serem conhecidos os resultados eleitorais, o Presidente eleito deu provas de quem iria atuar de modo diferente de Jammeh. Anunciou que a sua presidência se iria pautar por um maior respeito pelos direitos humanos, manifestou a intenção de libertar os opositores políticos de Jammeh e declarou que a Gâmbia, afinal, não iria sair do Tribunal Penal Internacional.

Adama Barrow anunciou, igualmente, que estaria a estudar a hipótese, à semelhança do que aconteceu na África do Sul após o fim do apartheid, de criar uma Comissão de Verdade e Reconciliação com o objetivo de investigar todas as violações contra os direitos humanos praticados durante os anos da presidência de Jammeh.

Os resultados eleitorais e as primeiras medidas anunciadas por Barrow provocaram grandes manifestações populares de apoio ao novo

Presidente, com claras demonstrações de repúdio por Jammeh e pelos seus apoiantes.

Terão sido estas reações que fizeram com que Jammeh anunciasse, poucos dias depois das eleições, que afinal não aceitava os resultados e, portanto, não abandonaria o poder. Afirmou que iria apresentar uma queixa no Supremo Tribunal do país rejeitando a vitória de seu opositor e pedindo a anulação das eleições de 1 de dezembro e a convocação de novas eleições.

Esta decisão de Jammeh foi, de imediato, criticada internacionalmente, nomeadamente, pela União Africana e pelos estados membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Foi, precisamente, a CEDEAO quem assumiu a liderança na tentativa de fazer com que Jammeh aceitasse os resultados eleitorais. A 17 de dezembro, os líderes da CEDEAO reuniram-se Abuja para definir que medidas iriam ser tomadas para que o resultado eleitoral na Gâmbia fosse respeitado.

Os Presidentes da Serra Leoa Ernest Bai Koroma, da Libéria Ellen Johnson Sirleaf, da Nigéria Muhammadu Buhari, e da Guiné Conacri Alpha Condé e o Presidente da Comissão da CEDEAO Alain de Souza manifestaram, como forma de pressionarem Jammeh, que estariam presentes na cerimónia de tomada de posse de Adama Barrow prevista para dia 18 de janeiro em Banjul.

A CEDEAO anunciou, a 23 de dezembro, que adotaria todas as medidas necessárias para que o resultado das eleições presidenciais fosse respeitado. Isto significava que a CEDEAO estava disposta a utilizar a força para garantir que Adama Barrow assumisse a presidência do país a partir do dia 19 de janeiro.

Apesar da CEDEAO ter manifestado a necessidade de garantir uma saída honrada para Jammeh, os preparativos para uma intervenção militar, que poderia contar com militares da Nigéria, Senegal, Gana, Togo e Mali, foram iniciados em finais de dezembro. O Senegal, país indicado para liderar a intervenção, reafirmou que qualquer intervenção militar seria apenas em último recurso.

No dia 19 de janeiro, Adama Barrow tomou posse como Presidente da Gâmbia na embaixada do seu país em Dacar. Nesse mesmo dia,



Eleições no Gana

tropas da CEDEAO entraram na Gâmbia com o intuito de marcharem até Banjul e afastar Jammeh do poder. Negociações de última hora fizeram com que o avanço militar parasse.

Jammeh acabou por aceitar a vitória de Barrow e afastou-se voluntariamente do poder, abandonando o país com destino à Guiné Conacri, cujo Presidente, Alpha Condé, desbloqueou o impasse. Depois da Guiné Conacri, Jammeh seguiu para a Guiné Equatorial, país que lhe concedeu exílio, embora Adama Barrow tenha dito que não se opunha a que Jammeh permanecesse no país.

Decisivo para este volte face foi a decisão das chefias militares gambianas que anunciaram que não iriam entrar em confronto com o contingente da CEDEAO, o que, na prática, significou que deixavam de apoiar Jammeh.

A 26 de janeiro, uma semana depois da partida de Jammeh para o exílio, Adama Barrow regressou à Gâmbia já como Presidente do país. Apesar da saída de cena do seu antecessor, Barrow solicitou à CEDEAO que mantivesse, durante mais seis meses, o seu contingente militar no país até que haja um controlo efetivo dos serviços de segurança e do território. Este pedido surge devido às dúvidas sobre qual será a lealdade, quer das forças armadas, quer de vários quadros da administração pública em relação ao novo Presidente.



As eleições presidenciais de 7 de dezembro no Gana, apesar de terem sete concorrentes, tiveram como principais opositores, o atual Presidente, John Mahama, que concorria a um segundo mandato e Nana Akufo-Addo.

Mahama, de 57 anos, líder do Congresso Nacional Democrático, nasceu no norte do Gana, onde mantém um forte apoio. Subiu ao poder depois da morte do anterior Presidente John Atta Mills, em julho de 2012, e foi depois eleito em dezembro do mesmo ano.

A estabilidade do Gana tem sido apontada como um exemplo a seguir por vários países africanos. O país tem conhecido um forte crescimento económico e conseguiu atrair importantes investimentos externos, o que se traduziu numa melhoria das condições de vida da população. Apesar deste cenário otimista, há claros indícios que a economia não está a crescer tanto como seria de espera e há uma crescente preocupação com o desemprego jovem.

Nana Akufo-Addo, de 72 anos, líder do Novo Partido Patriótico, já se tinha candidatado por duas vezes à presidência, em 2008 e 2012. Akufo-Addo exerceu o cargo de Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros.

Os resultados eleitorais acabaram por dar a vitória a Nana Akufo-Addo, realidade esta que foi de imediato reconhecida e aceite por John Mahama. O líder do Novo Partido Patriótico conquistou 53,8% dos votos, contra 44,4% do atual Presidente.





Candidatos à Liderança da União Africana

A União Africana levou a cabo, pela primeira vez, um processo de escolha do Presidente da Comissão através da audição dos candidatos ao lugar. A votação final para a presidência da comissão da União Africana (UA) foi feita durante a realização da 28ª Cimeira da União Africana, que teve lugar em janeiro, em Adis Abeba.

O processo de seleção passou por várias fases, sendo que a mais importante ocorreu, em dezembro de 2016, na sede da União Africana, em Adis Abeba, quando os candidatos tiveram oportunidade de apresentar os seus programas, numa sessão que foi transmitida para todo o continente africano.

A eleição, prevista para julho do ano passado, falhou, quando nenhum dos então três candidatos conseguiu reunir os dois terços necessários de votos, tendo ficado adiada a escolha para janeiro deste ano. Nessa altura, os candidatos eram Specioza Wandira Kazibwe, antiga vice-Presidente do Uganda; a Ministra dos Negócios Estrangeiros do Botsuana, Pelonomi Venson-Moitoi e Agapito Mba Mokuy, chefe da diplomacia da Guiné Equatorial. Mais tarde, juntaram-se outros três candidatos, Moussa Faki Mahamat, Ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo Primeiro-Ministro do Chade; a chefe da diplomacia do Quênia, Amina Mohamed, e o Representante Especial das Nações Unidas Abdoulaye Bathily, do Senegal.

No entanto, Wandira Kazibwe, que era considerada uma das favoritas, desistiu da corrida ao cargo.

Ao longo das diversas intervenções, foi possível ver que todos os candidatos estavam de acordo em relação às prioridades que devem pautar o mandato do próximo Presidente da Comissão da UA, ou seja, encontrar soluções de emprego para os jovens do continente, a necessidade de uma maior intervenção dos estados membros na organização, a qual passa, necessariamente, por uma maior contribuição financeiro para cobrir as atividades da UA.

Uma maior participação financeira dos estados membros é essencial, para que a UA deixe de depender do exterior para o seu funcionamento e, simultaneamente, possa ser visto como elemento condicionador das decisões da própria organização.

Este processo de escolha do Presidente da UA vem quebrar a regra, que até vigorava, de que o Presidente da UA é escolhido, rotativamente, por cada uma das regiões do continente.

À partida, a Ministra dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Amina Mohamed, era considerada a favorita nestas eleições. Para promover a sua campanha, o governo queniano levou a cabo uma intensa campanha diplomática com vista a garantir os votos necessários à sua eleição.

Esta eleição, à semelhança das anteriores, ficou marcada pela clara luta de influência entre estados anglófonos e francófonos. Tradicionalmente, a presidência da União Africana varia entre países anglófonos e francófonos. Em 2012, a sul-africana Dlamini-Zuma substituiu o francófono Jean Ping, do Gabão. Se este princípio continuasse válido, os candidatos do Chade e do Senegal teriam vantagem. No entanto, vários países deram a entender que não respeitariam esta regra.

Neste jogo de influências, os países africanos lusófonos mostraram-se divididos, respeitando, acima de tudo, as influências regionais. Assim, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, estavam mais inclinados para apoiar candidatos francófonos ou mesmo a Guiné Equatorial, enquanto Angola e Moçambique estavam mais inclinados para apoiar candidatos anglófonos. O facto de haver um candidato oriundo da CPLP, da Guiné Equatorial, não foi suficiente para unir os países lusófonos.

Após sete rondas de votação, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade, Moussa Faki Mahamat, foi eleito novo Presidente da Comissão da União africana, derrotando na última votação a sua homóloga queniana, Amina Mohamed.

Jurista de formação, Moussa Faki Mahamat, de 56 anos, tem uma longa experiência governativa. Foi diretor do gabinete do Presidente chadiano Idriss Déby entre 1999 e 2002, ocupou o cargo de primeiro-ministro entre 2003 e 2005 e, desde 2008, é chefe da diplomacia do Chade.



São Tomé e Príncipe corta relações com Taiwan

A 21 de dezembro, o governo de São Tomé e Príncipe anunciou o corte de relações diplomáticas com Taiwan e o restabelecimento das relações com a República Popular da China. No dia 26 de dezembro, em Pequim, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países assinaram oficialmente o reatamento das relações diplomáticas.

Esta decisão terá surgido depois de Taiwan ter rejeitado um pedido de apoio de São Tomé de 100 milhões de USD para manter esse reconhecimento, criticando o valor pedido pelas autoridades santomenses. O pedido desta verba não foi confirmado pelo governo de São Tomé. O valor em causa seria utilizado para fazer face às dificuldades económicas que o país atravessa e representaria cerca de 2/3 do orçamento geral de São Tomé e Príncipe.

Taiwan reagiu oficialmente, lamentando a decisão abrupta e hostil do Governo de São Tomé e Príncipe e condenando esta atitude.

Desde que estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, em 1997 durante a presidência de Miguel Trovoada, São Tomé e Príncipe tem beneficiado de uma forte ajuda por parte de Taipé. Tradicionalmente, a ajuda traduziu-se no apoio financeiro ao orçamento de estado santomense, à construção de infraestruturas e à cooperação nas áreas agrícolas e de saúde através do envio de equipas de técnicos especializados.

Desde que a decisão de reconhecer Taiwan foi tomada pelas autoridades santomenses, o papel de Pequim em África aumentou consideravelmente, tornando-se um ator incontornável para o continente africano. O apoio chinês aos países africanos tem vindo a crescer todos os anos e abrange as mais diversas áreas. Terá sido esta constatação que tornou inevitável a troca de reconhecimentos por parte do governo santomense.

O corte de relações com Taiwan abre a porta à entrada de São Tomé e Príncipe no Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, conhecido como Fórum Macau, criado em 2003 por Pequim.

A decisão de São Tomé de deixar de reconhecer Taiwan reduz apenas para dois, os países africanos que ainda reconhecem o regime de Taipé, Suazilândia e Burkina Faso.

A grande inversão, em termos africanos, no reconhecimento de Taiwan deu-se em 1996, quando a África do Sul, sob liderança de Nelson Mandela, deixou de reconhecer Taipé a favor de Pequim, isto depois de ter tentado manter o reconhecimento de ambas as Chinas, algo que foi, linearmente, rejeitado por Pequim. A nível mundial só 21 países ainda reconhecem Taiwan como legítimo representante do povo chinês.

Em termos práticos, esta decisão de São Tomé fará com que Taiwan se retire do país num prazo de trinta dias, encerrando as suas atividades em setores tão relevantes como a saúde e a agricultura.

A cooperação de Taiwan na área da saúde foi especialmente importante para São Tomé. Depois de ser considerado um dos países do mundo com maior taxa de incidência de paludismo, São Tomé tem, hoje em dia, a doença totalmente controlada. Esta vitória médica deveu-se aos esforços de Taiwan, o que permitiu que reduzir a incidência da malária em São Tomé e Príncipe de 50% em 2003 para 1% em 2015.

Face à saída repentina de Taiwan, havia o receio de quais seriam as consequências para os projetos em curso e para a vida dos estudantes santomenses que estavam em Taiwan. Para colmatar este vazio, Pequim fez saber que irá, de imediato, preencher esse vazio com o envio de várias equipas de técnicos chineses para as mais variadas áreas, nomeadamente no campo da saúde. Em relação aos estudantes santomenses, ficou decidido que os mesmos iriam ser transferidos para universidades na China Popular.

O Primeiro-Ministro santomense, Patrice Trovoada, justificou esta decisão com as dinâmicas mundiais em que Pequim é um ator incontornável e que não pode ser ignorado.





Acordo na RDC

Após vários meses de negociações, o Governo e a oposição na República Democrática do Congo (RDC) chegaram a um acordo, a 31 de dezembro passado, o qual prevê que o Presidente Joseph Kabila abandone o poder antes das próximas eleições presidenciais, a realizar em dezembro deste ano. O cumprimento do acordo será assegurado pelo Conselho Nacional de Seguimento do Acordo e do Processo Eleitoral (CNSAP), constituído por todos os signatários do mesmo.

Segundo este acordo, o Presidente Joseph Kabila permanecerá no poder até que seja eleito o seu sucessor nas eleições previstas para dezembro de 2017. O atual chefe de Estado fica, no entanto, impedido de se apresentar como candidato. Além disso, o pacto prevê que a Constituição não possa ser modificada durante o período de transição.

A grande preocupação da oposição é que, ao longo de 2017, o Governo evoque problemas relacionados com a falta de dinheiro ou problemas técnicos e logísticos para, precisamente, não serem respeitados os prazos para a realização das eleições presidenciais.

Joseph Kabila é Presidente da RDC desde 2001, quando chegou ao poder após o assassinato do pai, Laurent-Désiré Kabila. Venceu as eleições presidenciais de 2006 e 2011.

O segundo mandato de Kabila terminou a 20 de dezembro de 2016, e, segundo a Constituição, não poderia candidatar-se a um terceiro mandato apesar de ser essa a sua vontade. Esta intenção de Kabila provocou o início de uma onda de confrontos em várias cidades congolenses, mas com especial gravidade em Kinshasa.

A intenção inicial de Kabila era a de se manter no poder até 2018, alegando que seria necessário pelo menos mais um ano para preparar as eleições presidenciais, razão pela qual estas não podiam ser convocadas dentro do prazo legal.

O acordo alcançado permitiu travar, pelo menos por agora, a onda de violência que se tinha instalado em algumas zonas do país com confrontos entre opositores a Kabila e as forças de segurança. Esta instabilidade fez temer o regresso de um conflito armado ao país, o qual tem conhecido, desde a sua independência, grandes períodos de instabilidade que já provocaram milhares de mortos.

Apesar do otimismo moderado que surgiu fruto deste acordo, a verdade é que a situação permanece muito instável e veremos se as partes cumpre o que ficou estipulado. Há, sobretudo, uma grande dúvida sobre qual será o comportamento do Presidente Kabila, nomeadamente, se aceitará abandonar de livre vontade o poder no fim de 2017.

O acordo em causa não foi, no entanto, assinado pelo Movimento para a Libertação do Congo (MLC), que considerou o acordo uma traição.

O MLC, movimento do ex-vice-presidente da República Jean-Pierre Bemba, atualmente a cumprir pena de prisão por ordem do Tribunal Penal Internacional, exigiu que Étienne Tshisekedi, o opositor histórico designado como Presidente do CNSAP, também assumisse o cargo de primeiro-ministro para o período que vai do fim do mandato de Joseph Kabila à eleição do seu sucessor.



Sucessão de Jacob Zuma

Embora as eleições presidenciais na África do Sul só estejam previstas para 2019, a corrida à sucessão do Zuma já começou. O debate à volta desta sucessão foi iniciado pelo próprio partido do atual Presidente sul-africano, o ANC.

A questão foi levantada pela Liga das mulheres do ANC, que manifestou, publicamente, o seu apoio à antiga esposa de Zuma, e até agora Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma. Aliás, a decisão de Dlamini Zuma não estar disponível para um novo mandato à frente da Comissão da União Africana, poderá ser entendido como um sinal que estará interessada em avançar para a corrida à presidência da África do Sul.

Esta posição da Liga das mulheres do ANC é uma posição que é defendida por vários setores dentro do partido. Os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo o Presidente Zuma, associados à fraca performance da sua governação e aos maus resultados nas eleições autárquicas de 2016, fizeram soar as campainhas de alarme.

Vários grupos dentro do ANC defendem que o Presidente deve ser substituído ou, então, deve-se pensar já num sucessor que seja capaz de inverter a queda eleitoral que o ANC vem registando. É cada vez maior a convicção, dentro e fora do ANC, que Jacob Zuma não será candidato às eleições presidenciais de 2019.

Nkosazana Dlamini-Zuma, de 67 anos, já desempenhou vários cargos em anteriores governos sul-africanos. Foi Ministra da Saúde no Governo liderado por Nelson Mandela e, mais tarde, na presidência de Thabo Mbeki foi Ministra das Relações Exteriores e, em seguida, até 2012, foi Ministra do Interior do Governo de Jacob Zuma. A experiência governativa, aliada à experiência internacional, pode ser uma clara vantagem sobre outros eventuais candidatos que possam surgir.

Para além da Liga de mulheres, outros grupos importantes dentro do ANC, como a Liga da Juventude e a Associação de Veteranos se mostram favoráveis a uma candidatura de Dlamini Zuma.

Cimeira África-França

Decorreu entre os dias 13 e 14 de janeiro, em Bamaco, capital do Mali, a XXVII edição da Cimeira África – França, que teve como tema a Parceria e a Paz. Para além do Presidente francês, François Hollande, participaram nesta reunião 35 Chefes de Estado e de governo africanos.

O facto desta edição da Cimeira decorrer no Mali não deixa de ser simbólico, uma vez que a França tem tido, desde janeiro de 2013, uma forte presença militar no país com vista a ajudar as autoridades locais a travar o avanço do fundamentalismo islâmico, o qual chegou a controlar grande parte do território maliano.

Na agenda da cimeira, estiveram questões relacionadas com a cooperação para o desenvolvimento, a imigração e a luta contra as alterações climáticas.

A França anunciou que irá disponibilizar um envelope financeiro suplementar de mil milhões de euros para projetos de ajuda ao desenvolvimento em África. Deverá, também, ser criado um fundo de investimento para as Pequenas e Médias Empresas no valor de 76 milhões de euros.

A aposta na segurança continua a ser uma das prioridades da intervenção francesa no continente. Esta prioridade traduz-se, não só na manutenção de contingentes militares franceses em vários países africanos, como o Gabão, Djibuti e Costa do Marfim, mas também uma aposta na formação de contingentes militares africanos.

A França já chegou a ter mais de 20 mil militares em permanência em vários países africanos, o que permitiu apoiar determinados regimes, mesmo quando, a popularidade dos seus líderes não era muito grande. Neste momento, as forças militares francesas destacadas em África ascendem apenas a 8 mil soldados.

Na Cimeira França – África de 2013 tinha sido estabelecido, como objetivo, a formação de 20 mil militares africanos até 2016, número esse, que segundo as autoridades francesas, terá sido suplantado. A criação destes contingentes permitirá não só diminuir o número de militares francês em África, como também as intervenções diretas.

Durante a Cimeira foram debatidas as crises políticas que se vivem em vários países africanos, nomeadamente na Gâmbia e na República Democrática do Congo, assim como a questão dos imigrantes africanos na Europa. A França apoia o plano da União Europeia de fortalecer a cooperação com aqueles países africanos que aceitem receber de volta os imigrantes que tenham entrado ilegalmente no espaço europeu.



Moçambique Falha Pagamento da Dívida

Moçambique anunciou, em meados de janeiro, que não estava em condições de cumprir com as suas obrigações financeiras decorrentes dos empréstimos contraídos, consequentemente, na iria pagar os 59 MUSD relativos aos títulos de dívida soberana com maturidade em 2023 que deviam vencer no dia 18.

Esta prestação corresponde à primeira parcela de juros dos títulos de dívida soberana emitidos em março de 2016, no valor de 727 MUSD, que dizem respeito ao processo de reestruturação dos títulos da empresa EMATUM. Esta situação implicou que o país entrasse em incumprimento financeiro.

A situação financeira moçambicana agravou-se, 2016 quando foram conhecidas as chamadas dívidas ocultas que, juntas, ascendem a quase 2 mil milhões de USD. Estas dívidas foram contraídas pelas empresas EMATUM (850 MUSD), PROINDICUS (622 MUSD) e Moçambique Asset Management (535 MUSD), as quais terão sido contraídas em 2013 e 2014 com garantias do Estado, sem o conhecimento do Parlamento moçambicano e dos parceiros internacionais.

Alegadamente, esta verba terá sido utilizada para fins militares, o que levou a que, de imediato, quer o FMI quer os parceiros internacionais, que participam no apoio direto ao orçamento de Moçambique, suspendem-se a ajuda ao país, agravando, ainda mais, a delicada situação financeira. Também os EUA, que não fazem parte do grupo de países que apoia o orçamento de Moçambique, decidiu rever o seu apoio ao país que ascende a 350 MUSD.

O Governo moçambicano, através do Ministro da Economia e das Finanças, Adriano Maleiane, justificou este incumprimento com a fraca capacidade de pagamento da dívida pública em 2017, fruto do agravamento da situação macroeconómica e fiscal que o país atravessa.

Perante esta situação, o governo moçambicano aceitou negociar com o FMI um plano de ajuda ao país com vista a clarificar a situação e tentar renegociar o pagamento da dívida, que passou de 62% do PIB em 2014 para 130 % do PIB em 2016. Esta clarificação é essencial para que a maioria dos parceiros internacionais aceite restabelecer a sua ajuda ao país.

Esta decisão de não pagamento por parte de Moçambique não foi bem aceite pelos principais credores da sua dívida, os quais consideraram que a falta de pagamento da prestação de janeiro foi um

incumprimento estratégico e não foi motivado por falta de dinheiro, o que prejudica as negociações de reestruturação da dívida.

Na sequência deste anúncio, a agência de rating Standard & Poor's desceu a classificação de Moçambique para SD/D, ou seja, incumprimento financeiro parcial, e considerou que a falta de pagamento era uma estratégia governamental para forçar os detentores de dívida a negociarem uma reestruturação da dívida, o que até agora têm rejeitado.

Uma outra agência de rating, a Moody's, também considerou a falta de pagamento como um incumprimento, mas não desceu o rating do país, considerando que a avaliação de Caa3 que tinha atribuído a Moçambique, já implicava uma assunção de potenciais perdas para os credores entre os 20 e os 35%, podendo mesmo chegar aos 50%, de acordo com a média histórica dos incumprimentos soberanos.

Moçambique atravessa, igualmente, um período de instabilidade político e militar, devido ao conflito entre o Governo e a RENAMO, o qual tende a arrastar-se. Apesar do conflito ter conhecido uma trégua de dois meses, por iniciativa da RENAMO, a verdade é que os avanços na área diplomática têm sido poucos.

A mediação internacional envolve diversos mediadores. A RENAMO indicou a União Europeia, a Igreja Católica e a África do Sul, enquanto o Governo nomeou o ex-Presidente do Botsuana Quett Masire, a Fundação Global Leadership (do ex-Secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos Chester Crocker), a Fundação Faith, liderada pelo ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, e o antigo Presidente da Tanzânia Jakaya Kikwete.

No entanto, esta mediação não tem conseguido encontrar soluções para o conflito. O processo negocial, com tantos mediadores envolvidos, torna o processo lento e complexo. Uma das principais reivindicações da RENAMO, que visa a nomeação dos governadores das províncias em que venceu as eleições de 2014, não recolhe apoio do lado governamental.

No campo económico, as prometidas receitas decorrentes da exploração do gás natural e do petróleo tardam em chegar, devido aos atrasos na exploração destas duas atividades. A questão da futura partilha das receitas derivadas da exploração dos recursos minerais e matérias-primas é também um dos pontos de discórdia entre a RENAMO e o Governo moçambicano.

Plano Alemão para África

O Governo alemão apresentou, em janeiro, um documento intitulado: África e a Europa: Uma Nova Parceria para o Desenvolvimento, Paz e um Futuro Melhor. Bases para um Plano Marshall para África¹.

Este Plano surge numa altura em que a Alemanha preside ao G-20 e escolheu colocar a parceria com África com uma das prioridades em matéria de política externa alemã. Tal decisão surge no, mesmo momento, em que a União Europeia discute a elaboração uma nova estratégia para África no âmbito do processo negocial que irá substituir o atual Acordo de Cotonou com os países africanos por um novo acordo.

O objetivo alemão é o de contribuir, juntamente com a União Europeia e com os outros estados membros, para a elaboração de mecanismos de cooperação adequados aos desafios africanos. A procura destas soluções deve envolver os africanos na sua conceção e implementação.

O Governo de Ângela Merkel considera essencial que sejam desenvolvidas condições de crescimento económico sustentável nos países africanos como condição indispensável para assegurar um futuro estável às populações. Tal objetivo permitirá fixar as populações e evitar os milhares de refugiados que chegam ilegalmente à Europa. Segundo a Organização Mundial das Migrações (OMM), em 2016, cerca de 160 mil imigrantes africanos terão tentado entrar na Europa através do mar Mediterrâneo.

O Plano alemão parte dos seguintes princípios:

1. Novo acordo sobre as relações Europa-África;
2. Soluções africanas para os problemas africanos. Ultrapassar a tradicional relação doador-recetor por uma parceria mais inclusiva;
3. Prioridade à criação de emprego e oportunidades para os jovens;
4. Investimento no empreendedorismo;
5. Criação de valor em vez de exploração. Aposta na diversificação económica e no melhor aproveitamento das matérias-primas africanas;
6. Criação de estabilidade política que permita o desenvolvimento;
7. Implementação de reformas concretas. Serão valorizadas as relações com aqueles países africanos que efetivamente ado-

tem as reformas com as quais se tenham comprometido, nomeadamente, no campo da boa governação, proteção dos direitos humanos e desenvolvimento económico;

8. Estruturas globais e instituições equitativas, fomentando uma maior representatividade;

9. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) não pode ser a única fonte de recursos para financiar as soluções a desenvolver. Os países africanos devem também conseguir mobilizar recursos internos;

10. Ninguém deve ser deixado para trás, nomeadamente, no que diz respeito aos países africanos menos desenvolvidos. Nesse sentido, o Plano tem presente que é essencial garantir as necessidades básicas das populações, nomeadamente, ao nível da segurança alimentar, fornecimento de água potável e cuidados sanitários.

Nesse sentido, o Plano Marshall apresentado pelo governo alemão assenta em três grandes eixos:

1. Atividade Económica, Comércio e Desenvolvimento. É necessário criar as condições, internas e externas, que favoreçam um ambiente de negócios estável com vista a atrair o investimento e promover a criação de empregos.
2. Paz, Segurança e Estabilidade. Apoiar os esforços das diversas organizações sub-regionais para a criação de condições de segurança no continente, ao mesmo tempo que deverão continuar a existir apoios financeiros externos aos mecanismos africanos de estabilidade.
3. Democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. Fortalecer os mecanismos judiciais que garantam o respeito e a implementação de políticas direcionadas para o respeito pelos direitos humanos e o aprofundamento do Estado de direito.

Este documento alemão será agora analisado por diversos atores, internos e externos, com o objetivo de obter contributos para a uma versão final que deverá ser apresentada na Cimeira do G-20 que terá lugar em julho na Alemanha e, mais tarde, na Cimeira UE-África que terá lugar na Costa do Marfim.

O sucesso ou insucesso deste Plano dependerá, em larga medida, da vontade das elites políticas, europeias e africanas, na sua implementação. Paralelamente, o envolvimento do setor privado é essencial para se encontrar os meios financeiros para a concretização dos objetivos do Plano.

¹ https://www.bmz.de/en/publications/type_of_publication/information_flyer/information_brochures/Materialie270_africa_marshallplan.pdf



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.portugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05